

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 616.290 - PE  
(2014/0308862-9)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
AGRAVANTE : MARIA BENVINDA DA SIQUEIRA BARBOSA  
AGRAVANTE : MARIA CLEIDES MARTINS SODRÉ DA MOTA  
AGRAVANTE : MARIA DA CONCEIÇÃO BARROSO DE MORAES  
PEDROSA  
AGRAVANTE : MARIA DA CONCEIÇÃO FIGUEIRÔA  
AGRAVANTE : MARIA DA PENHA PIRES PIMENTA  
AGRAVANTE : MARIA DE LURDES AGUIAR BEZERRA  
AGRAVANTE : MARIA DO SOCORRO DE FREITAS MOTA  
AGRAVANTE : MARIA IRANI LIMA DE SIQUEIRA  
AGRAVANTE : MARIA PESSOA DA SILVA  
AGRAVANTE : MARIA TEREZA DE SOUZA DE HOLANDA  
AGRAVANTE : MARINETE ALVES PINTO  
AGRAVANTE : NEOMÉSIA ALVES PINTO  
AGRAVANTE : REGINA EUGÊNIA RIBEIRO  
AGRAVANTE : SILVÂNIA VASCONCELOS PINHEIRO ALVES  
AGRAVANTE : TEREZINHA CAVALCANTI MARIANO  
AGRAVANTE : VÂNIA MARIA MEDEIROS CORRÊA DE ARAUJO  
AGRAVANTE : WANDA CAVALCANTI BATISTA DE NAZARÉ  
ADVOGADOS : SANDRA PIRES BARBOSA E OUTRO(S) - PE014119  
DANIELLA MARIA FIGUEIREDO MAGNO - PE034321  
AGRAVADO : FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS  
SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
AGRAVADO : ESTADO DE PERNAMBUCO  
PROCURADOR : CRISTIANY GONÇALVES SAMPAIO COELHO E  
OUTRO(S) - PE000810B

**EMENTA**

ADMINISTRATIVO. AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. LIMITES PREVISTOS NO TÍTULO EXECUTIVO. INVERSÃO DAS CONCLUSÕES DA CORTE DE ORIGEM QUE ENCONTRA ÓBICE NA SÚMULA 7/STJ. AGRADO INTERNO DAS SERVIDORAS A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. *In casu*, verifica-se que o Tribunal de origem decidiu pela inexistência de violação à coisa julgada. A alteração dessas conclusões demandaria, necessariamente, a incursão no acervo fático-probatório dos autos. Contudo, tal medida encontra óbice na Súmula 7/STJ.

2. *O tema relativo à violação da coisa julgada encontra óbice na Súmula 7/STJ, na medida que verificar os limites do título judicial exequindo exige o revolvimento de provas e fatos, tarefa incompatível com a sede do Recurso Especial (AgRg no AREsp. 806.860/PR, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 26.2.2016).*

3. Agravo Interno das Servidoras a que se nega provimento.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao Agravo Interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa (Presidente) e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília/DF, 12 de fevereiro de 2019 (Data do Julgamento).

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR

